

## CONCLUSÃO

Partindo de um conjunto de pretensões diversificadas, de uma forma central, este trabalho de investigação procurou apresentar um registo descritivo do percurso institucional do Museu de Arte Popular, introduzindo uma leitura específica das incidências registadas contemporaneamente em torno do mesmo. Conferindo uma sustentabilidade conceptual secundada por uma série de noções de âmbito histórico, sociológicas e antropológicas, estabelece uma análise consciente das implicações ideológicas associadas ao contexto matricial que o presidiu, apresentando o sentido valorativo atribuído pelas instâncias de Poder nacionais ao longo das décadas seguintes e os condicionalismos daí advindos, reflectidos na vivencia e funcionamento do Museu.

Fundado em 1948 e reproduzindo o pensamento cultural e estético do Estado Novo resulta ao longo da dissertação a evidência clara de dois períodos distintos na vida do Museu, caracterizados por dinâmicas opostas.

Correspondendo o primeiro a um sentido político marcado pela orientação «estado novista», durante 26 anos – mais concretamente entre 1948-1974 –, o Museu viveu uma fase de funcionamento institucional, ao nível das relações com a tutela, sem especiais incidências, assumindo-se como um dos principais espaços culturais no panorama dos Museus portugueses. Devidamente assinalado pela propaganda do regime, essa imagem surgia atestada na imprensa da época – submetida a fortes ditames censórios por parte do regime de Salazar –, projectando, pela filiação ideológica caracterizante, uma linguagem superlativa

definindo-o pela excelência e consagrando-o como uma realidade cultural, pretensamente, inovadora no plano nacional.

Esta simbiose e identificação resultava determinada pelo discurso reproduzido ao longo do Museu, e, de uma forma equitativa, pelo facto do seu mentor e principal obreiro ter sido António Ferro, figura destacada do Estado Novo entre 1934 e 1950 e do período hegemónico da Propaganda Nacional.

Responsável pelo Secretariado da Propaganda Nacional/ Secretariado Nacional da Informação, António Ferro projectara na instituição uma forte conotação simbólica, estabelecendo-a como a materialização e obra síntese da sua acção governativa e do projecto cultural desenvolvido pelo Secretariado por si dirigido durante 16 anos. Decorrente desse facto, o discurso expositivo construído por Francisco Lage – antigo director da Secção Etnográfica da Exposição de 1940 – devidamente secundado pelos arquitectos Veloso dos Reis e Jorge Segurado, reflectia o entendimento museológico característico do regime, claramente direccionado para a propaganda e construção de narrativas de pendor político e disciplinante. Ao longo do Museu, e partindo de uma vasta recolha levada a cabo no âmbito da etnografia nacional – em particular da Arte Popular – realizada para mostras expositivas decorridas em anos anteriores (com especial incidência para a Exposição do Mundo Português de 1940), encenava-se uma realidade social bastante diferente da presente no seio das populações, apresentando um retrato lírico/ estético do país centrado exclusivamente nas suas tradições e nos elementos vistos e capacitados como manifestações da cultura popular portuguesa por parte do regime.

Sendo um manifesto ideológico do sentido conferido pelo Poder Político à cultura popular, esse sentido de comunhão e identificação surge reconhecido pelo Estado Novo associando o Museu, nos 25 anos seguintes, aos principais eventos culturais

ligados à propaganda nacional e exaltação patriótica, de uma forma directa e indirecta. Em 1974 o Museu apresentava-se como uma instituição extremamente visitada e incluída nos principais roteiros turísticos da cidade de Lisboa, apresentando números que o enquadravam, no panorama museológico da ditadura, como uma das referências culturais do país.

Determinado por esse conjunto de factores, o seu segundo ciclo de vida marcou uma tendência contrária à verificada até então, perdendo este a aura construída pela propaganda entrando num período de completa subalternização institucional. Inaugurando-se com a democracia em 1974 e decorrendo até 2008, a carga histórica e os potenciais evocativos associados condicionaram a sua relação com os vários canais de Poder político durante esse tempo, resultando por parte dos mesmos uma veiculação valorativa cujo sentido consubstanciou um estigma do qual o Museu nunca se libertou verdadeiramente.

Marcado pelo conflito entrevisto no modelo cultural representado e retratado no interior do mesmo, divergente do pretendido pela nova ordem emergente – assente na necessidade de implementação de um modelo plural sustentado pela mobilização colectiva como suporte e mecanismo de auto-regulação do Poder político e de uma modernização profunda do país – resultou ao longo do processo de sedimentação da democracia na sociedade portuguesa uma postura normalmente hostil por parte das sucessivas tutelas em relação ao Museu, reflectindo-se de uma forma expressiva no seu normal funcionamento e por sua vez no sentido de integridade do espaço e acervo afectos. Ao longo de mais de três décadas o incomodo transposto por parte do Poder político assumiu um conjunto de feições variadas determinando – e de acordo com o relato da antiga conservadora da instituição – desde processos de fusão com outras instituições, à privação por mais de 15 anos de um espaço para exposições temporárias, entre 1981 e 1996, orçamentos altamente restritivos, até vários processos

de encerramento – de forma tentada – que se cumpriram, efectivamente, com o verificado em 2008.

No final da década de 90 o Museu traduzia a conjugação de todos estes factores, expressos nos principais indicadores representativos da sua realidade institucional: no âmbito da cidade de Lisboa perdera protagonismo registando uma diminuição progressiva do número de visitantes, vendo-se superado por outras instituições da cidade; privado de um local para exposições temporárias perdeu visibilidade no espaço mediático advindo daí não só uma imagem de pouca dinâmica como de incapacidade de modernização; funcionalmente assistira a uma degradação acentuada das suas condições de funcionamento e capacidade de conservação do acervo, vendo-se a tutela em 2000 obrigada a lançar uma empreitada de requalificação do imóvel.

Nesse contexto quando em 2006 a então Ministra da Cultura Isabel Pires de Lima anunciou o encerramento do Museu, assumindo-o como uma opção política, e o consumou em 2008, a decisão não pôde deixar de ser vista como consequência lógica da relação vivida nesse período de trinta anos entre ambas as partes, devidamente enquadrada pelo sentido dominante verificado até então. Resultando de um sentido autocrático e deliberada sem qualquer tipo de sustentação ou justificação culturalmente fundamentada – escudando-se simplesmente na convicção da Ministra que aquele espaço configurava uma realidade anacrónica –, estabeleceu a transferência do acervo para o Museu Nacional de Etnologia operando uma reconversão institucional expressa na apresentação de um projecto para a criação de uma nova realidade museológica no seu lugar, o «Museu Mar da Língua Portuguesa»; um espaço centrado na disseminação e divulgação da Língua portuguesa tendo como pano de fundo os Descobrimentos marítimos, apoiado totalmente nas novas tecnologias no domínio audiovisual.

Acompanhando esse processo político, no final de 2007 o IGESPAR deliberou relativamente ao pedido de classificação do Imóvel – procedimento iniciado em 1991 –, decidindo-se pelo não deferimento da pretensão mantendo-o, apenas, afecto ao regime de protecção determinado pela inserção na Zona Especial de Protecção do Mosteiro dos Jerónimos. Por outras palavras: viabilizando indirectamente as alterações arquitectónicas previstas no projecto referente ao novo Museu, com claras implicações nas feições caracterizantes do Museu de Arte Popular.

Revelando um processo inaudito em todo o seu decorrer, pelo menos num contexto mediático como o verificado no início do século XXI, mais do que o desmembramento de uma instituição cultural ligada à salvaguarda e difusão do património português – suprimindo ao país um testemunho único e incontornável da sua História contemporânea e da museologia nacional –, encerrava um conjunto de pressupostos mais profundos, fundados numa complexidade conjugante de elementos de natureza sociológicos, antropológicos e históricos, remetendo para o processo de superação vivido pela sociedade portuguesa em relação a um período específico da sua contemporaneidade, o Estado Novo.

De uma forma central, enquadrou um fenómeno bastante problematizado no âmbito das ciências sociais, relacionado com estruturação e ordenação dos referenciais memorialísticos por parte das sociedades e a forma como sobre eles operam os processos selectivos associados; como a substituição de matrizes orientadoras surge, muitas vezes, marcada pela vontade objectiva de desestruturação dos potenciais evocativos dos elementos consagrados em contextos concretos, determinando a imposição de novos símbolos, valores ou narrativas de uma forma assíncrona.

O culminar metodológico da investigação traçada ao longo da dissertação, incidiu numa reflexão em torno deste ponto procurando apresentar uma leitura que permitisse discernir

criticamente o posicionamento adoptado pelo sistema democrático em relação ao Museu, as suas motivações justificativas no conflito dominante e a forma como as mesmas se projectaram de uma forma dissonante em relação ao sentido conferido pela sociedade civil em relação a ele.

Cumprida a descrição do percurso institucional e estabelecida uma leitura para o acto decisório que determinou o encerramento do Museu, este trabalho encerra-se com algumas indicações que sustentam a necessidade de continuidade reflexiva em torno desses pontos.

No âmbito da estruturação das principais feições caracterizantes do Museu nos seus 60 anos de vida, tendo sido projectada partindo de publicações, imprensa e registo oral, existirá a necessidade de prosseguir esse processo dando continuidade ao trabalho iniciado nesta dissertação. Existindo lacunas em períodos específicos será necessário continuar a recolha documental, sendo que apenas a disponibilização e o acesso dos arquivos do mesmo ao público – por parte do Museu Nacional de Etnologia –, permitirá concluir de uma forma abrangente e completamente fidedigna esse ponto.

Ainda nesse contexto importa perceber as variações e fluxos relacionados com o acervo, mais concretamente as incorporações registadas e a gestão do mesmo. A organização observada e estabelecida e o estudo e trabalho de investigação realizados em torno das diferentes e variadas peças que o compunham.

Por último e representando o aspecto mais importante, perceber se o encerramento do museu se cumprirá efectivamente ou se configurou, apenas, mais um episódio na atribulada relação com a democracia de Abril. Sendo que não foi consagrado formalmente em qualquer diploma legislativo e que a principal responsável pelo acto decisório, Isabel Pires de Lima, cessou

funções no XVII governo constitucional em Janeiro de 2008 – tendo sido substituída por um novo responsável ministerial –, à data da conclusão desta obra são mais as dúvidas em torno desta questão do que as certezas. No Jornal «Público», na edição do dia 16 de Maio de 2008, podia-se ler que o Ministro da Cultura José António Pinto Ribeiro equacionava a hipótese de mudar o Museu da Língua para a estação ferroviária do Rossio, considerada pelo próprio “*mais adequada*”<sup>51</sup>.

Configurando questões com resposta em aberto não respondidas ao longo destas páginas, avaliando o trabalho desenvolvido em torno do tema proposto e dos objectivos definidos inicialmente, abriu-se, contudo, uma nova perspectiva em relação a uma instituição com características únicas na sociedade portuguesa, contribuindo para o enriquecimento do conhecimento da museologia nacional e para o debate sobre a relação verificada entre o país e a sua história recente.

---

<sup>51</sup> Jornal *Público*, 16 de Maio de 2008, p. 12.

